

## ENSINO MÉDIO E JUVENTUDES: (des) encontros e desafios

MOREIRA, Anna Crystiny Pereira da Silva<sup>1</sup>

RAMALHO, Larissa Santana<sup>2</sup>

SILVA, Gloria Maria Paulo da<sup>3</sup>

SILVA, Kênia Moreira da<sup>4</sup>

PAIVA, Jair Miranda de<sup>5</sup>

### Resumo

Cursar o Ensino Médio é um processo árduo por si só, somado a série de mudanças e cobranças que a juventude traz consigo, torna-se ainda mais complexo. Partindo desse pressuposto, o presente artigo discute a temática do Ensino Médio entrelaçado às diferentes juventudes que podemos encontrar nesta etapa tão decisiva da educação básica, retratando seu percurso histórico até os dias atuais, contextualizando a diversidade e subjetividade das múltiplas juventudes que vivenciam esse momento escolar, considerando que, pensar em “juventudes” implica considerar a existência de vários jovens, cada qual com sua especificidade, sua vida social e suas características culturais. O objetivo desta pesquisa é abordar a historicidade acerca do ensino médio e alguns dos desafios mais recorrentes na vida dos jovens que cursam esse ensino, bem como os encontros e desencontros que cercam os diferentes tipos de juventudes existentes na sociedade. Mediante o contexto atual e a repercussão que a reforma do novo Ensino Médio tem gerado, buscou-se traçar um breve panorama de alguns desafios que perpassam a vida dos jovens durante esta etapa escolar, bem como suas implicações para a juventude atual e as possibilidades que a cercam. A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico acerca das temáticas “juventudes” e “ensino médio”, possibilitando discutir essa etapa da educação básica que vem, ao longo dos últimos anos, sofrendo diversas transformações em sua estrutura e legislação. Vale ressaltar que utilizamos, ainda, para elucidar nossa discussão, uma roda de conversa realizada com alunos do Novo Ensino Médio com o intuito de perceber e refletir sobre suas realidades, perspectivas, vivências e motivações, enriquecendo nossa pesquisa e suscitando novos questionamentos. Concluímos que, mais do que solucionar os diversos desafios existentes na sociedade e, conseqüentemente, na educação, em especial no ensino médio, buscamos mostrar a importância da articulação juventudes-ensino médio, contribuindo para o debate da temática.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Juventude. Escola. Jovens. Desafios.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [anninha.crystiny@gmail.com](mailto:anninha.crystiny@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [lsantanaramalho@gmail.com](mailto:lsantanaramalho@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [gmsilva471@gmail.com](mailto:gmsilva471@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [kmdasilva30@gmail.com](mailto:kmdasilva30@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutor em Educação, Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo. E-mail: [paivadech@gmail.com](mailto:paivadech@gmail.com)

## **Introdução**

Atualmente, o ensino médio está no centro de um debate no país, visto que em 2016 foi publicada a Medida Provisória nº 746 pelo Governo Michel Temer, sem debate público com interessados na temática; que, em seguida, é transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), acarretando mudanças a envolver, principalmente, a carga horária, a criação de itinerários formativos, o ensino técnico e profissional.

O Ensino Médio é uma importante e decisiva fase da educação básica, que simboliza a passagem do jovem para a vida adulta e o direciona para a carreira profissional que deseja seguir. A juventude é um momento de crescimento, autoconhecimento, mudança e decisão, visto que é durante esse período que refletimos acerca de nossa trajetória, dos relacionamentos desenvolvidos, das escolhas que fizemos e teremos que fazer. Entrelaçar as duas temáticas é perceber a complexidade de ambas, tornando necessário buscar o entendimento do que é o Ensino Médio e seus objetivos para depois compreender as múltiplas realidades dos jovens inseridos nele atualmente. Nesse sentido, tal temática demanda tratamento, estudos, pesquisas, no sentido de colaborar para uma saudável articulação entre as áreas juventudes-ensino médio.

Quanto aos aspectos metodológicos, optamos pelo uso da pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado sobre a temática (Gil, 2002). Desse modo, o objetivo desta pesquisa é abordar o ensino médio em alguns marcos históricos, sem intenção exaustiva, bem como desafios mais recorrentes na vida dos jovens que cursam essa etapa escolar.

Este artigo se compõe de três seções: na primeira, intitulada “Ensino Médio - Breve trajetória”, traçamos uma breve linha do tempo acerca do ensino médio brasileiro, apontando elementos constitutivos dessa etapa escolar em nosso país e suscitando questionamentos sobre a atual reforma; na segunda, intitulada “Juventudes - Diversidade e desafios”, abordamos a definição de juventude e suas complexidades, indicando os desafios mais recorrentes na vida dos jovens que frequentam o ensino médio; na terceira, intitulada “Possibilidades - Perspectivas de futuro para quem cursa o Ensino Médio”, discutimos as diferentes oportunidades de futuro que as juventudes enxergam dentro do ensino médio.

## **1 Ensino Médio - breve trajetória**

Analisando a história, é possível afirmar que o ensino médio brasileiro apresentou desde sempre um caráter dualista, pelo qual o ensino decorria da divisão de classes característica de nosso sistema colonial (Romanelli, 1978). A primeira instituição escolar no Brasil surgiu com a chegada dos padres jesuítas através da Companhia de Jesus em 1549, que tiveram um papel de destaque na educação dos índios e colonos, onde se formavam os homens para o sacerdócio. Até o ano de 1759, tem-se a criação de escolas elementares, escolas secundárias e seminários. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, a estrutura de ensino criada por eles desmoronou, intensificando o caráter seletivo da educação e reduzindo o ensino às chamadas aulas régias.

Com a chegada de Dom João VI ao país, a principal mudança positiva no âmbito educacional foi a criação de cursos superiores não teológicos, porém essa renovação proposta para o ensino superior evidenciou o abandono para com os demais níveis de ensino. O dualismo educacional ganha uma ênfase maior neste período, pois podemos perceber que a classe dominante recebia uma educação secundária acadêmica e propedêutica para o ensino superior, enquanto a população menos favorecida recebia uma educação primária seguida de ensino profissionalizante para encaminhá-los ao mercado de trabalho.

Consoante ao que foi apontado por Romanelli (1978), diversas reformas educacionais foram realizadas entre 1891 e 1925, na tentativa de resolver os problemas presentes na realidade educacional do país, mas não acarretaram em nenhuma grande mudança na educação. Somente com a Revolução de 30 e a ascensão do Estado Novo, por meio de golpe militar em 1937, a educação brasileira verá mudanças em sua estrutura. Com o novo regime, foi criada por Francisco Campos a Constituição Federal de 1937, na qual, segundo Ghiraldelli, “O Estado Novo praticamente abriu mão de sua responsabilidade para com a educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário em relação ao ensino” (2003, p. 82).

Durante o período ditatorial, o país teve pela primeira vez um Ministério da Educação, que instituiu entre 1942 e 1946, na gestão do ministro Gustavo Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas também como Reforma Capanema, uma reforma elitista e conservadora condizente com os interesses do

governo da época. As Leis Orgânicas ordenaram as diferentes etapas de ensino, sendo elas o primário, o secundário, o industrial, o comercial, o normal e o agrícola, além de estabelecer que o ensino secundário teria duração de nove anos. Como pontos positivos durante o período ditatorial, podemos citar a criação de importantes instituições educacionais como o Inep, o Senai e o Senac e, principalmente a organização de um sistema educacional enquanto estrutura, que não existia até então (Ghiraldelli, 2003).

Com o Golpe Militar de 1964 e a ditadura, os avanços alcançados anteriormente são deixados de lado, e em 1971, com a Lei nº 5.692, a educação passa a se dividir em primeiro grau, com duração de oito anos, e segundo grau, com duração de três anos; além de ofertar, obrigatoriamente, qualificação profissional em todas as escolas de segundo grau, tal organização durou até 1982, quando foi revogada pela Lei nº 7.044.

Mas, com a redemocratização e mudanças sociais, mediante a Constituição Federal de 1988 e a nova LDB de 1996, fica previsto que é responsabilidade do Estado garantir o acesso à educação e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino. Esses fatores elevaram o nível de matrículas no ensino médio, tendo em vista a crescente necessidade de certificação desta etapa para o ingresso no mercado de trabalho. No que se refere à avaliação, supervisão e finalidades do ensino médio, Pinto (2007) apresenta, porém, uma série de contradições entre legislação e prática. Apesar de o Brasil possuir um grande número de documentos e leis que regem a educação, a efetivação prática do que é garantido à população em termos de legislação ainda deixa muito a desejar, para afirmar o mínimo.

Atualmente, o país passa por outra reforma educacional advinda da Medida Provisória (MP) nº 746 de 22 de setembro de 2016, a qual recebeu muitas críticas, visto que não necessitou passar pelo crivo da opinião pública e teve um curto tempo para aprovação, uma vez que se tinha um debate muito forte acerca da necessidade de reformular o ensino médio, pois desde 2013 já se tinha uma discussão sobre a Reforma do Ensino Médio com o projeto de Lei nº. 6.840, de autoria do deputado Reginaldo Lopes.

A medida provisória tornou-se a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 pelo Ministério da Educação do governo Temer, e foi responsável por uma série de alterações radicais na proposta da LDB para o Ensino Médio, como a ampliação da

carga horária e uma nova organização curricular, alegando que o antigo ensino médio era de baixa qualidade e apresentava altos índices de evasão, além da criação dos itinerários formativos e oferta de formação técnica e profissional. De acordo com Ferreti (2018), é correto afirmar que o ensino médio vinha, sim, passando por vários problemas como a baixa qualidade, mas os índices de abandono são equivocados, visto que existem muitos aspectos envolvidos além da questão curricular, dentre os quais podemos citar a infraestrutura inadequada, a carreira e salário dos professores, os jovens que precisam trabalhar, etc. Logo, a nosso ver, questões que extravasam meras mudanças curriculares.

Considerando o que foi exposto até aqui, percebemos a maneira pela qual a atual reforma do Ensino Médio buscou caminhos para, bruscamente, se efetivar. Tantas mudanças de uma hora para outra, sem muita comunicação dos reformadores com os estudantes, profissionais da educação e estudiosos especialistas no tema, a temática gerou grande repercussão em todo o país e questionamentos acerca da natureza neoliberal-empresarial no cerne da reforma (Teixeira e Ribeiro, 2020).

A reforma do Ensino Médio apresenta um discurso preocupado com a formação do aluno para o futuro, que desenvolva sua autonomia e protagonismo, oferecendo a ele a oportunidade de cursar um ensino médio com enfoque em sua área de maior interesse, proporcionando sua participação em projetos e oficinas voltadas para a carreira que deseja seguir, além de aulas destinadas a seu “projeto de vida”. Contudo, vemos que, na prática, não é dessa maneira que o ensino tem acontecido.

As escolas particulares certamente continuarão oferecendo uma formação completa aos seus alunos, enquanto as escolas públicas, por sua vez, ficarão desobrigadas e impossibilitadas de fazer isso. Conjecturando esse possível cenário, teríamos mais um fator para a ratificação do dualismo educacional presente em nossa história, levando em conta que não vemos na prática os mesmos direitos de aprendizagem para todos os estudantes brasileiros como é descrito na proposta do Novo Ensino Médio. A seguir, vejamos que juventudes adentram as salas deste ensino médio tão submetido à deliberação legislativa, mudas e (re)direcionamentos.

## 2 Juventudes - diversidade e desafios

Nos atendo a palavra “juventudes” como uma complexa fase na vida do ser humano, na qual, além de passar por mudanças físicas, psíquicas e hormonais, tem-se uma grande pressão social para tomar decisões sobre o futuro profissional, percebemos o quão ampla é essa discussão. Portanto, conforme Dayrell e Carrano (2014, p. 109), para além de uma mera definição da palavra:

Inicialmente, é preciso reconhecer as dificuldades em definir o que é a juventude [...], apesar de considerarmos a juventude como um período da vida com alguma unidade, não podemos esquecer-nos das diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos diferentes estágios desse momento da vida.

Entrelaçar os temas “juventudes” e “ensino médio” implica considerar a vasta diversidade existente nos jovens que frequentam essa etapa escolar, desde as diferenças socioeconômicas (moradia, situação financeira, posição social, etc.) às diferenças de identidade (religião, gênero, sexualidade, etc.).

Considerar os desafios enfrentados pelas juventudes em seu cotidiano dentro e fora da escola, nos direciona, inicialmente, a pensar sobre a questão identitária: quem são esses jovens alunos e em quais contextos estão inseridos? De que maneira a escola, enquanto espaço de formação humana, pode auxiliá-los a desenvolver sua identidade e autoconhecimento? Se a juventude não é uma só, por que se acredita que a educação deve ser única e uniformizadora? São indagações significativas a se fazer, visto que essa etapa escolar representa os últimos três ou quatro anos dos jovens na educação e antecede sua inserção no ensino superior e mercado de trabalho. Demarcar tais desafios envolve também tratar de problemas sociais que afetam o âmbito educacional como, por exemplo, as questões econômicas, de estrutura, de transporte, de acesso e permanência escolar, entre outros.

Em roda de conversa<sup>6</sup> sobre o ensino médio, os estudantes foram convidados a compartilhar, de forma dialógica, suas percepções e experiências sobre o ensino médio. Com relação aos desafios, apontaram os seguintes: falta de motivação por parte da escola para com eles; necessidade de trabalhar para se sustentar e/ou ajudar a família; dificuldades de deslocamento da área rural para a escola; falta de apoio e incentivo da família para dar continuidade aos estudos; conteúdos muito

---

<sup>6</sup> Roda de conversa sobre o ensino médio desenvolvida com graduandos do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizada em uma escola estadual do município de São Mateus/ES com alunos do 2º ano do ensino médio regular noturno em julho de 2023.

reduzidos em relação ao ensino médio matutino/vespertino; conteúdo muito teórico e pouco prático, sem relação com sua realidade.

Do ponto de vista estrutural, a evasão também é um dos desafios que se faz presente até os dias atuais. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a taxa de abandono escolar no ensino médio dobrou, pois em 2020 o percentual de jovens que abandonaram as instituições foi de 1,6% e 3,2%, já em 2021 o percentual tinha aumentado para 5%.

Apesar de tantas problemáticas, esses jovens entendem a importância de lutar por seu direito à educação e vislumbram frutos que podem ser colhidos quando se tem uma educação de qualidade e igualitária para todos: “Sou eu que determino meu destino”, “A escola é o ponto de partida para algo maior”, assim relatam alguns alunos. Ainda assim, é pertinente propor algumas reflexões. Será que realmente falta incentivo da escola? O aluno e sua família têm as condições necessárias para que ele possa concluir os estudos? Interessante pensar também na visão que os alunos têm do ensino médio, é uma visão que valoriza e prioriza a educação? São inúmeros os questionamentos possíveis, mas para respondê-los é necessário se ater a um ponto principal, o papel que a escola desenvolve socioculturalmente para seus estudantes.

Certamente, não podemos responsabilizar somente a escola por não motivar os alunos ou não atender suas expectativas, mas tendo em vista como o papel de referência que os docentes desempenham na vida dos estudantes é significativo, não podemos também desconsiderar a importância de aulas dialógicas, da escuta ativa e de atitudes positivas dos docentes dentro do ambiente escolar, bem como a necessidade de políticas públicas não só de acesso, mas de permanência estudantil também. Portanto, a escola, tal como a sociedade, não deve ignorar os desafios vividos pelos jovens nesse último ciclo da educação básica, mas sim pensar e planejar o ambiente escolar como espaço de formação integral dos alunos de acordo com seus diferentes contextos.

### **3 Possibilidades - perspectivas de futuro para quem cursa o Ensino Médio**

Atualmente, o individualismo tem crescido cada vez mais dentro das escolas, e também na sociedade como um todo. Podemos perceber diariamente essa

tendência, no ensino voltado para os interesses do sistema capitalista e não para as subjetividades dos alunos. Nesse sentido, Krasilchik destaca que,

O que se ensina a grande parte dos alunos não tem sentido, por não ser compatível com o seu desenvolvimento intelectual e emocional. Os professores, os livros didáticos e os programas oficiais, em geral, não procuram os interesses e capacidade dos estudantes, muitas vezes prejudicando irremediavelmente o seu aprendizado. (1987, p. 53).

Algumas das queixas mais apresentadas pelos alunos participantes da roda de conversa foram justamente a desconexão do conteúdo com a realidade, o excesso de conteúdo teórico e a falta de conteúdo prático e útil no dia a dia. É indispensável que nossos olhares se voltem para as práticas docentes e reflexões críticas acerca do trabalho entregue por esses profissionais.

Destarte, achamos interessante evidenciar a visão que os próprios estudantes têm sobre as oportunidades de futuro que o ensino médio possibilita. Destacamos novamente os depoimentos dos alunos na roda de conversa que, por intermédio das provocações dos graduandos, expressaram suas percepções e apontaram o ensino médio como: ponto de partida para o ensino superior; pré-requisito para melhores oportunidades de emprego; garantia de benefício social do governo para a família; importante para aprender as normas sociais de convivência; momento de socialização.

Ao falarmos sobre as possibilidades de futuro que o ensino médio apresenta, percebemos a predominância de duas possibilidades: ingressar no ensino superior ou adentrar o mercado de trabalho. No entanto, foram mencionadas também outras possibilidades, que não dependem diretamente do ensino médio, como a realização de cursos profissionalizantes, o trabalho autônomo e a tentativa em novas carreiras advindas da tecnologia (influenciador digital, marketing digital, etc.).

A questão socioeconômica, é outro desafio que pode interferir na efetivação do Novo Ensino Médio, afinal como esse estudante colocará em prática as disciplinas de Estudo Orientado e Projeto de Vida, se sua escola não tem uma boa estrutura? Como esse estudante passará mais tempo na escola, se sua escola não provê o necessário para isso?

É de entendimento geral que a escola é o espaço que mais nos garante acesso ao conhecimento, bem como uma enorme gama de possibilidades, entretanto, no que tange o mundo juvenil, há ainda a presença de uma série de adversidades que



deveriam ser a prioridade do governo na atualidade. Se torna contraditório promover uma “nova” educação enquanto os problemas da “antiga” não foram solucionados.

### **Considerações finais**

Ao iniciar o Ensino Médio os jovens são bombardeados com indagações e expectativas sobre seu futuro, tais como: ‘Já terminou os estudos? Quais os seus planos para o futuro?’ Inevitavelmente, essas cobranças vêm acompanhadas de medos e incertezas, reações compreensíveis se pensarmos em todas as transformações externas e internas às quais os jovens estão sujeitos, principalmente considerando que alguns ainda estão se descobrindo e, muitas vezes, não decidiram tais questões. Contudo, ao chegar no ensino médio, o jovem é “forçado” a antecipar suas escolhas, lhes é subjugado a chance de sonhar, principalmente quando tratamos de jovens em contextos de vulnerabilidades.

Com a repercussão da atual reforma, o Novo Ensino Médio vem sofrendo duras críticas por seu ensino voltado aos interesses do mercado, que reproduzem práticas que ignoram o contexto social, econômico e cultural no qual os alunos fazem parte. Podemos nos perguntar se um dos motivos de presenciarmos tal cenário são as constantes reformas educacionais que sofremos ao longo da história de nossa educação, principalmente aquelas que são postas sem consultar os sujeitos diretamente ligados à educação.

É imprescindível pensar a educação levando em consideração o contexto social que esse estudante está inserido, visto que não faz sentido oferecer ditas novas possibilidades sem garantir as condições necessárias para viabilizá-las. Deparamo-nos com certas incoerências presentes no confronto dos aspectos teóricos dessa reforma contra o real cenário. Por trás das “linhas bonitas” do texto legal parece se camuflar a ilusão do poder de escolha, a menor concorrência, a diminuição de disciplinas vinculadas às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas, a desigualdade e como de praxe em nossa história, o ensino voltado, para a formação das elites; aos demais sobram ocupações imediatistas, ao gosto do mercado volátil e sem direitos dos novos tempos das políticas neoliberais.

Considerando as análises aqui apresentadas, compreendemos a importância de mudanças drásticas no currículo, desde que sejam realizadas em consonância com

ações transformadoras por parte das escolas e seus profissionais. É indispensável que cada professor tenha uma visão crítica de sua própria prática e se comprometa com ela, abrindo espaço para o diálogo em sala de aula, promovendo debates que entrelacem os conteúdos com o contexto dos alunos e dando liberdade para que eles se conheçam e decidam, com certeza e em seu próprio tempo, seu futuro, abrindo possibilidades para uma ampla formação humana, cidadã, participante e ativa no mundo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm) Acesso em: 12 jul. 2023.

**Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro DE 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2023.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgado-resultado-da-2a-etapa-do-censo-escolar-2021>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2003.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.

PINTO, J. M. R. O ensino médio. In: OLIVEIRA, R. L. P. de; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 47-72.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

TEIXEIRA, C. B. M.; RIBEIRO, E. A. A Base Nacional Comum Curricular e a Lei nº 13.415/2017: uma pretensa descurricularização. **Revista Profissão Docente**, v. 20, n. 45, p. 01-10, 2020. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1333>. Acesso em: 17 jul. 2023.